



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

02/01/2018 ATÉ 02/01/2018

INDÍCE

1	CASO DÉCIO SÁ	
	1.1 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	1
2	INSTITUCIONAL	
	2.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	2
3	JUIZES	
	3.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	3
4	PRESIDÊNCIA	
	4.1 BLOG DOMINGOS COSTA.....	4
	4.2 BLOG GENIVALDO ABREU.....	5
	4.3 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	6
	4.4 BLOG JOHN CUTRIM.....	7
	4.5 BLOG LUÍS CARDOSO.....	8
	4.6 BLOG RAIMUNDO GARRONE.....	9
	4.7 SITE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - MA.....	10
	4.8 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	11
	4.9 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	12
	4.10 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS.....	13

José Joaquim sobre a parte 'podre' da imprensa maranhense

02/01/2018 12:49:20

- Do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, nesta terça-feira (02), durante entrevista concedida ao jornalista Roberto Fernandes, no programa Ponto Final, da Rádio Mirante AM.

Presidente do TJMA defende uma Justiça hábil que amplie os espaços de democracia

01/01/2018 05:00:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou que o engajamento do Poder Judiciário no sentido de garantir mais eficiência na entrega da prestação jurisdicional será pleno, para que os conflitos de interesses submetidos à apreciação encontrem solução justa e rápida, tornando efetiva a garantia constitucional do livre acesso à Justiça, cumprindo-se, assim, o princípio da igualdade perante a lei.

"O prestígio da Justiça, o apreço, a estima e a confiança que para ela desejamos depende, antes de tudo, do nosso esforço e dedicação. Assim, conscientes de nossa missão ética, e gerindo processos efetivamente justos, seremos o instrumento de uma Justiça socialmente equilibrada e equitativa, hábil a ampliar os espaços de democracia real", frisou o desembargador, conclamando os cidadãos maranhenses a confiarem no Poder Judiciário como uma força legítima e capaz de realizar a harmonia social.

Ele enfatizou que o Poder Judiciário vem cumprindo a sua missão constitucional, embora, às vezes, embaraçado por circunstâncias a ele estranhas e resultantes de leis processuais incapazes de imprimir rapidez e eficiência aos trabalhos judiciais, além da escassez de recursos financeiros para a implementação de projetos essenciais ao aperfeiçoamento da Justiça.

Quanto a isso, o presidente do TJMA disse que espera contar com o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo, responsáveis pelo aperfeiçoamento da estrutura e aparelhamento do Poder Judiciário, para que se tenha uma Magistratura bem constituída, dotada de serviços auxiliares adequados, aplicando e interpretando leis razoavelmente bem redigidas, inspiradas no interesse público e no conhecimento da realidade social.

"Ao Poder Judiciário, compete a interpretação das leis, assegurando a preeminência da Constituição Federal, tomando-a como base e medida suprema da regularidade jurídica. É na Carta Magna que o povo vê o último abrigo para as vítimas da vingança, das perseguições, da violência, tendo ela o poder de restabelecer a norma jurídica que foi rompida, restaurando o direito violado, fazendo valer as garantias nela contidas", assinalou.

De acordo o desembargador, pesa sobre a Magistratura a alta responsabilidade de educar o povo no respeito do sentimento do Direito, que, segundo ele, é o maior bem para o Estado.

"O cumprimento e a obediência às normas legais deve ser uma virtude para os homens

civilizados. No regime democrático em que vivemos, o respeito a tal ditame conduz à certeza de que ela - a democracia - é necessária para o progresso e a ordem do Estado e do país", avaliou.

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos diz que é necessário buscar um amplo esclarecimento junto à opinião pública para que a sociedade entenda a tarefa do Poder Judiciário, cujas decisões caminham sempre no sentido de consolidar o regime democrático e no de expurgar os eventuais desvios e costumes de improbidade que, às vezes, permeiam algumas administrações.

Acusado da morte de Décio Sá, Júnior Bolinha curte Réveillon em balneário

31/12/2017 10:01:32

De boné e sem camisa, Bolinha foi passar o Réveillon na cidade de Vargem Grande.

Solto, no início deste mês, beneficiado por uma decisão da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, o empresário José Raimundo Sales Chaves Júnior, mais conhecido como Júnior Bolinha, resolveu deixar São Luís e curtir as festas de fim de ano na cidade de Vargem Grande, terra natal de sua família e onde seu pai, José Raimundo Sales Chaves, possui militância política.

Júnior Bolinha foi flagrado ontem no balneário Mousinho, um dos mais frequentados da cidade.

Na imagem, ele aparece bem a vontade ao lado de um amigo e segurando um copo de cerveja.

Bolinha estava preso desde 2012 no Complexo Penitenciário de Pedrinhas acusado de ser um dos mandantes do assassinato do jornalista Décio Sá, ocorrido naquele ano.

O acusado foi posto em liberdade pelos desembargadores José Luiz de Almeida, José Bernardo Rodrigues e Guerreiro Júnior, que alegaram excesso de prazo.

Apesar de ter ficado detido por mais de quatro anos, Júnior Bolinha ainda não foi submetido a julgamento.

O empresário Gláucio Alencar Pontes Carvalho, também apontado como mandante do crime, está solto desde março.

Recentemente, [ele postou nas suas redes sociais uma foto na qual aparece nas dunas da Avenida Litorânea, local utilizado por Jhonathan de Sousa Silva, assassino confesso da vítima, para fugir da cena do crime.](#)

Décio Sá, que trabalhava no Jornal O Estado do Maranhão e possuía um dos blogs de política mais lidos do estado, foi executado no interior de um bar localizado na Litorânea.

"Processarei a imprensa que queira tirar vantagens indevidas", afirma presidente do TJ/MA

02/01/2018 10:01:41

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, garantiu nesta terça-feira (02), durante entrevista concedida ao jornalista Roberto Fernandes, no programa Ponto Final, da Rádio Mirante AM, que não hesitará em processar todo e qualquer membro da imprensa que, de alguma maneira, queira lhe tirar vantagens indevidas.

O magistrado afirmou que durante o processo que resultou na sua eleição para o biênio 2018/19, foi vítima de inverdades divulgadas por blogueiros que, segundo ele, foram pagos para tal missão.

"Respeito muito a imprensa responsável, os jornalistas e outros agentes da comunicação que trabalham de forma idônea e com a verdade. Estes sempre terão o meu respeito e admiração. Agora, aqueles que mentem para alcançar vantagens indevidas, terão sempre o meu repúdio e reação. No período eleitoral, fui vítima deste tipo de situação e as medidas cabíveis foram tomadas automaticamente", disse o desembargador.

Presidente do TJMA defende uma Justiça hábil que amplie os espaços de democracia

Por: John Cutrim

Data de publicação: 01/01/2018 - 19:19

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou que o engajamento do Poder Judiciário no sentido de garantir mais eficiência na entrega da prestação jurisdicional será pleno, para que os conflitos de interesses submetidos à apreciação encontrem solução justa e rápida, tornando efetiva a garantia constitucional do livre acesso à Justiça, cumprindo-se, assim, o princípio da igualdade perante a lei.

“O prestígio da Justiça, o apreço, a estima e a confiança que para ela desejamos depende, antes de tudo, do nosso esforço e dedicação. Assim, conscientes de nossa missão ética, e gerindo processos efetivamente justos, seremos o instrumento de uma Justiça socialmente equilibrada e equitativa, hábil a ampliar os espaços de democracia real”, frisou o desembargador, conclamando os cidadãos maranhenses a confiarem no Poder Judiciário como uma força legítima e capaz de realizar a harmonia social.

Ele enfatizou que o Poder Judiciário vem cumprindo a sua missão constitucional, embora, às vezes, embaraçado por circunstâncias a ele estranhas e resultantes de leis processuais incapazes de imprimir rapidez e eficiência aos trabalhos judiciais, além da escassez de recursos financeiros para a implementação de projetos essenciais ao aperfeiçoamento da Justiça.

Quanto a isso, o presidente do TJMA disse que espera contar com o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo, responsáveis pelo aperfeiçoamento da estrutura e aparelhamento do Poder Judiciário, para que se tenha uma Magistratura bem constituída, dotada de serviços auxiliares adequados, aplicando e interpretando leis razoavelmente bem redigidas, inspiradas no interesse público e no conhecimento da realidade social.

“Ao Poder Judiciário, compete a interpretação das leis, assegurando a preeminência da Constituição Federal, tomando-a como base e medida suprema da regularidade jurídica. É na Carta Magna que o povo vê o último abrigo para as vítimas da vingança, das perseguições, da violência, tendo ela o poder de restabelecer a norma jurídica que foi rompida, restaurando o direito violado, fazendo valer as garantias nela contidas”, assinalou.

De acordo o desembargador, pesa sobre a Magistratura a alta responsabilidade de educar o povo no respeito do sentimento do Direito, que, segundo ele, é o maior bem para o Estado.

“O cumprimento e a obediência às normas legais deve ser uma virtude para os homens civilizados. No regime democrático em que vivemos, o respeito a tal ditame conduz à certeza de que ela - a democracia - é necessária para o progresso e a ordem do Estado e do país”, avaliou.

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos diz que é necessário buscar um amplo esclarecimento junto à opinião pública para que a sociedade entenda a tarefa do Poder Judiciário, cujas decisões caminham sempre no sentido de consolidar o regime democrático e no de expurgar os eventuais desvios e costumes de improbidade que, às vezes, permeiam algumas administrações.

Deputado que chamou índios de “viadinhos” e que magistrados vendem sentenças, volta para a Assembleia

02-01-2018 às 09:25

Com a morte do presidente da Assembleia Legislativa, Humberto Coutinho, efetiva-se no mandato o suplente em exercício, o deputado Rafael Leitoa (PDT) e em seu lugar assume o segundo suplente, Fernando Furtado (PCdoB). Este último foi aquele que passou um bom período no parlamento estadual que chamou índios de “viadinho”, antropólogos de “fumadores de maconha”, que a “igreja incendeia pessoas”, e o Tribunal de Justiça é espaço de venda de sentenças.

Furtado, ou Sustado (foto acima), usou expressões racistas e homofóbicas contra os índios Awá-Guajás durante um encontro com agricultores em 4 de julho de 2015 na cidade de São João do Caru, assim como atacou antropólogos e a igreja católica. Tudo foi gravado e vazado.

Por essa razão, o Ministério Público Federal acatou Ação Civil Pública de várias entidades e solicitou da Justiça Federal a condenação para que o suplente pagasse R\$ 1 milhão como forma de indenização aos índios. Não se tem conhecimento se a Justiça Federal acatou o pedido.

Furtado, que passou a ser chamado de Sustado, partiu também para cima dos magistrados e disse ter presenciado uma venda de sentença por um parente de desembargador e ainda insinuou que o TJ era um balcão de negócios. Não se conhece até hoje se ele foi processado ou condenado pela injúria e difamação. Se fosse um jornalista ou blogueiro, a coisa seria diferente.

“Lá em Brasília o Arnaldo viu, os índios tudo de camiseta, tudo arrumadinho, com flechinha, tudo um bando de viadinho. Tinha uns três que eram viado, que eu tenho certeza, viado. Eu não sabia que tinha índio viado, fui saber naquele dia em Brasília. Então é desse jeito que tá. Como é que índio consegue ser viado, ser baitola e não consegue produzir? negativo...”, disse o parlamentar suplente quando estava no exercício do mandato.

Presidente do TJMA lamenta perda do Deputado Humberto Coutinho

02-01-2018 às 10:55

O Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte, vem externar profundo pesar pela perda do Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Deputado Humberto Coutinho, ao mesmo em que solidariza-se com a família do parlamentar desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda. Toda a classe judiciária do Maranhão presta condolências e expressa os mais sinceros pêsames.

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Presidente do TJMA afirma que o Judiciário buscará soluções justas e rápidas nas questões processuais

01/01/2018 20:48:57

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou que o engajamento do Poder Judiciário no sentido de garantir mais eficiência na entrega da prestação jurisdicional será pleno, para que os conflitos de interesses submetidos à apreciação encontrem solução justa e rápida, tornando efetiva a garantia constitucional do livre acesso à Justiça, cumprindo-se, assim, o princípio da igualdade perante a lei.

"O prestígio da Justiça, o apreço, a estima e a confiança que para ela desejamos depende, antes de tudo, do nosso esforço e dedicação. Assim, conscientes de nossa missão ética, e gerindo processos efetivamente justos, seremos o instrumento de uma Justiça socialmente equilibrada e equitativa, hábil a ampliar os espaços de democracia real", frisou o desembargador, conclamando os cidadãos maranhenses a confiarem no Poder Judiciário como uma força legítima e capaz de realizar a harmonia social.

Ele enfatizou que o Poder Judiciário vem cumprindo a sua missão constitucional, embora, às vezes, embaraçado por circunstâncias a ele estranhas e resultantes de leis processuais incapazes de imprimir rapidez e eficiência aos trabalhos judiciários, além da escassez de recursos financeiros para a implementação de projetos essenciais ao aperfeiçoamento da Justiça.

Quanto a isso, o presidente do TJMA disse que espera contar com o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo, responsáveis pelo aperfeiçoamento da estrutura e aparelhamento do Poder Judiciário, para que se tenha uma Magistratura bem constituída, dotada de serviços auxiliares adequados, aplicando e interpretando leis razoavelmente bem redigidas, inspiradas no interesse público e no conhecimento da realidade social.

"Ao Poder Judiciário, compete a interpretação das leis, assegurando a preeminência da Constituição Federal, tomando-a como base e medida suprema da regularidade jurídica. É na Carta Magna que o povo vê o último abrigo para as vítimas da vingança, das perseguições, da violência, tendo ela o poder de restabelecer a norma jurídica que foi rompida, restaurando o direito violado, fazendo valer as garantias nela contidas", assinalou.

De acordo o desembargador, pesa sobre a Magistratura a alta responsabilidade de educar o povo no respeito do sentimento do Direito, que, segundo ele, é o maior bem para o Estado.

"O cumprimento e a obediência às normas legais deve ser uma virtude para os homens civilizados. No regime democrático em que vivemos, o respeito a tal ditame conduz à certeza de que ela - a democracia - é necessária para o progresso e a ordem do Estado e do país", avaliou.

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos diz que é necessário buscar um amplo esclarecimento junto à opinião pública para que a sociedade entenda a tarefa do Poder Judiciário, cujas decisões caminham sempre no sentido de consolidar o regime democrático e no de expurgar os eventuais desvios e costumes de improbidade que, às vezes, permeiam algumas administrações

Governo do Maranhão e TJMA manifestam-se sobre falecimento de Humberto Coutinho

Governo do Maranhão e TJMA manifestam-se sobre falecimento de Humberto Coutinho

O Governo do Maranhão e o Tribunal de Justiça manifestaram, através de notas, profundo pesar pelo falecimento do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho. Em nota, o Governo do Maranhão enaltece Humberto Coutinho como exemplo de luta e superação para todos os maranhenses.

“Dos mais destacados líderes políticos do Maranhão, Humberto Coutinho ocupou vários cargos públicos, como vereador e prefeito de Caxias, deputado estadual, por várias legislaturas, e governador do Estado interinamente”, diz a nota do governo.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte, externa profundo pesar pela perda do presidente da Assembleia Legislativa, ao mesmo em que solidariza-se com a família do deputado desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

“Toda a classe judiciária do Maranhão presta condolências e expressa os mais sinceros pêsames”, afirma o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Ação Social

A juíza titular da Comarca de Passagem Franca, Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva, encerrou 2017 satisfeita com a ação social que desenvolveu na jurisdição desde sua chegada, há 10 meses. No Natal, na sede e no termo Lagoa do Mato, coordenou a distribuição de mais de duas toneladas de alimentos em cestas básicas. Ela agradeceu ao grupo de voluntários, doadores e distribuidores, que atuou na entrega dos kits. A direção do TJ exaltou a atuação da magistrada.

Presidente do TJ: Justiça deve alcançar todos os cidadãos

02/01/2018

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que assumiu no mês passado o comando do Poder Judiciário do Maranhão, quer eficiência na prestação jurisdicional para garantir o princípio da igualdade para toda a sociedade

José Joaquim Figueiredo quer apoio dos Poderes Legislativo e Executivo para aparelhamento do Judiciário. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou que o engajamento do Poder Judiciário no sentido de garantir mais eficiência na entrega da prestação jurisdicional será pleno, para que os conflitos de interesses submetidos à apreciação encontrem solução justa e rápida, tornando efetiva a garantia constitucional do livre acesso à Justiça, cumprindo-se, assim, o princípio da igualdade perante a lei.

“O prestígio da Justiça, o apreço, a estima e a confiança que para ela desejamos depende, antes de tudo, do nosso esforço e dedicação. Assim, conscientes de nossa missão ética, e gerindo processos efetivamente justos, seremos o instrumento de uma Justiça socialmente equilibrada e equitativa, hábil a ampliar os espaços de democracia real”, frisou o desembargador, conclamando os cidadãos maranhenses a confiarem no Poder Judiciário como uma força legítima e capaz de realizar a harmonia social.

Ele enfatizou que o Poder Judiciário vem cumprindo a sua missão constitucional, embora, às vezes, embaraçado por circunstâncias a ele estranhas e resultantes de leis processuais incapazes de imprimir rapidez e eficiência aos trabalhos judiciais, além da escassez de recursos financeiros para a implementação de projetos essenciais ao aperfeiçoamento da Justiça.

Quanto a isso, o presidente do TJ disse que espera contar com o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo, responsáveis pelo aperfeiçoamento da estrutura e aparelhamento do Poder Judiciário, para que se tenha uma magistratura bem constituída, dotada de serviços auxiliares adequados, aplicando e interpretando leis razoavelmente bem redigidas, inspiradas no interesse público e no conhecimento da realidade social.

Democracia

“Ao Poder Judiciário, compete a interpretação das leis, assegurando a preeminência da Constituição Federal, tomando-a como base e medida suprema da regularidade jurídica. É na Carta Magna que o povo vê o último abrigo para as vítimas da vingança, das perseguições, da violência, tendo ela o poder de restabelecer a norma jurídica que foi rompida, restaurando o direito violado, fazendo valer as garantias nela contidas”, assinalou.

De acordo o desembargador, pesa sobre a Magistratura a alta responsabilidade de educar o povo no respeito do sentimento do Direito, que, segundo ele, é o maior bem para o Estado.

“O cumprimento e a obediência às normas legais deve ser uma virtude para os homens civilizados. No regime democrático em que vivemos, o respeito a tal ditame conduz à certeza de que ela - a democracia - é necessária para o progresso e a ordem do Estado e do país”, avaliou.

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos diz que é necessário buscar um amplo esclarecimento junto à opinião pública para que a sociedade entenda a tarefa do Poder Judiciário, cujas decisões caminham sempre no sentido de consolidar o regime democrático e no de expurgar os eventuais desvios e costumes de improbidade que, às vezes, permeiam algumas administrações.

Tribunal de Justiça do Maranhão quer fortalecer a democracia com educação

De acordo o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, pesa sobre a Magistratura a alta responsabilidade de educar o povo no respeito do sentimento do Direito, que, segundo ele, é o maior bem para o Estado

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou que o engajamento do Poder Judiciário no sentido de garantir mais eficiência na entrega da prestação jurisdicional será pleno, para que os conflitos de interesses submetidos à apreciação encontrem solução justa e rápida, tornando efetiva a garantia constitucional do livre acesso à Justiça, cumprindo-se, assim, o princípio da igualdade perante a lei.

“O prestígio da Justiça, o apreço, a estima e a confiança que para ela desejamos depende, antes de tudo, do nosso esforço e dedicação. Assim, conscientes de nossa missão ética, e gerindo processos efetivamente justos, seremos o instrumento de uma Justiça socialmente equilibrada e equitativa, hábil a ampliar os espaços de democracia real”, frisou o desembargador, conclamando os cidadãos maranhenses a confiarem no Poder Judiciário como uma força legítima e capaz de realizar a harmonia social.

Ele enfatizou que o Poder Judiciário vem cumprindo a sua missão constitucional, embora, às vezes, embaraçado por circunstâncias a ele estranhas e resultantes de leis processuais incapazes de imprimir rapidez e eficiência aos trabalhos judiciais, além da escassez de recursos financeiros para a implementação de projetos essenciais ao aperfeiçoamento da Justiça.

Quanto a isso, o presidente do TJMA disse que espera contar com o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo, responsáveis pelo aperfeiçoamento da estrutura e aparelhamento do Poder Judiciário, para que se tenha uma Magistratura bem constituída, dotada de serviços auxiliares adequados, aplicando e interpretando leis razoavelmente bem redigidas, inspiradas no interesse público e no conhecimento da realidade social.

“Ao Poder Judiciário, compete a interpretação das leis, assegurando a preeminência da Constituição Federal, tomando-a como base e medida suprema da regularidade jurídica. É na Carta Magna que o povo vê o último abrigo para as vítimas da vingança, das perseguições, da violência, tendo ela o poder de restabelecer a norma jurídica que foi rompida, restaurando o direito violado, fazendo valer as garantias nela contidas”, assinalou.

De acordo o desembargador, pesa sobre a Magistratura a alta responsabilidade de educar o povo no respeito do sentimento do Direito, que, segundo ele, é o maior bem para o Estado.

“O cumprimento e a obediência às normas legais deve ser uma virtude para os homens civilizados. No regime democrático em que vivemos, o respeito a tal ditame conduz à certeza de que ela - a democracia - é necessária para o progresso e a ordem do Estado e do país”, avaliou.

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos diz que é necessário buscar um amplo esclarecimento junto à opinião pública para que a sociedade entenda a tarefa do Poder Judiciário, cujas decisões caminham sempre no sentido de consolidar o regime democrático e no de expurgar os eventuais desvios e costumes de improbidade que, às vezes, permeiam algumas administrações.

Presidente do TJMA lamenta perda do Deputado Humberto Coutinho

Publicado às 02/01/18 01h33

O Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte, externou profundo pesar pela perda do Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Deputado Humberto Coutinho.

O desembargador prestou solidariedade à com a família do parlamentar desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

A classe judiciária do Maranhão prestou condolências e expressou os mais sinceros pêsames pelo falecimento do parlamentar.

Assessoria de Comunicação do TJMA